

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Direito Tributário e Tributação Internacional

Ano/Semestre: 2017/1

Carga horária: 30 horas/aula

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112162

Professor: Cristiano Rosa de Carvalho

EMENTA

Análise da estrutura do sistema tributário brasileiro, no que se refere aos princípios que delineiam a tributação, os principais diplomas infraconstitucionais e os tributos propriamente ditos que impactam a atividade privada. Aspectos importantes que afetam a tomada de decisão do contribuinte, como carga tributária, custos de transação e de conformidade com a legislação tributária e planejamento tributário. Os impactos e consequências das normas de tributação internacional e de tributação sobre o comércio exterior na atividade privada. A economia encaminha-se para uma globalização cada vez maior, e as normas tributárias que afetam importação e exportação de bens e serviços, assim como a renda internacional de empresas, no que se referem as suas controladas e coligadas em diversas jurisdições, passam a ter importância crucial na tomada de decisão das empresas brasileiras. Tributos sobre importação e exportação, tratados internacionais e preços de transferência, dentre outros.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1) Teoria da Decisão – Introdução ao Tema - Aula Expositiva
- 2) Escolha Racional, Teoria dos Jogos, Análise Econômica da Tributação: aula expositiva.
- 3) Decisão do Legislador (textos e estudo de casos): Por que e para quê existem tributos; princípios constitucionais, trade-offs entre justiça, igualdade e neutralidade; Tributação Ótima; Liberdade Econômica, Direitos sociais e tributação; Segurança Jurídica e Cálculo Econômica; Texto e Norma, Princípios e Regras, Comunicação e Interpretação.
- 4) Decisão do Legislador (textos e estudo de casos): Extrafiscalidade. Tratados Internacionais em matéria tributária. Tributação sobre Controladas e Coligadas no Exterior. Incentivos Fiscais.

- 5) Decisão do Contribuinte (textos e estudo de casos): Planejamento Tributário e Propósito Negocial; Infrações e Sanções Tributárias; Tax Morality.
- 6) Decisão do Contribuinte (textos e estudos de casos): Guerra Fiscal
- 7) Decisão do Fiscal: Nomogênese tributária; Trusts e Planejamento Tributário; BEPS (Base Erosion Profit Shifting).
- 8) Decisão do Fiscal: Norma geral antilísica nos países em desenvolvimento.
- 9) Decisão do Juiz: Princípios, Regras, Cláusulas Gerais e Conceitos indeterminados; superação de princípios por regras; Colisão entre Princípios e sua solução;
- 10) Decisão do Juiz: Caso American Virginia (STF).

AVALIAÇÃO

Com exceção das duas primeiras aulas expositivas, ministradas pelo Professor, todas as demais serão com apresentação de seminários por grupos dos alunos, cobrindo todos os textos e estudos de caso, através de exposições e debates com a turma. A forma de avaliação será pela apresentação de seminários e pela participação dos alunos em aula.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AVI-YONAH, Reuve. Tax convergence and globalization. Tradução de João Henrique Algarve e Cristiano Carvalho. **Revista Tributária das Américas**, [S.l.], v. 1, p. 140-146, 2010.

CARVALHO, Cristiano. **Teoria da decisão tributária**. São Paulo: Saraiva, 2013.

CARVALHO, Paulo de Barros; MARTINS, Ives Gandra da Silva. **Guerra fiscal**: reflexões sobre a concessão de benefícios no âmbito do ICMS. São Paulo: Noeses, 2012.

CHRISTIANS, Allison. Avoidance, evasion, and taxpayer morality. **Washington University Journal of Law & Policy**, [S.l.], v. 44, p. 2-17, 2014.

DUFF, David. Elisão fiscal no século XXI. **Revista Tributária das Américas**, [S.l.], v. 5, p. 191-227, 2012.

KAPLOW, Louis; SHAVELL, Steven. Rules versus standards: an economic analysis. **Duke Law Journal**, [S.l.], v. 42, n. 3, p. 557-629, 1992.

ROSENBLATT, Paulo. **General anti-avoidance rules for major developing countries**. [S.l.]: Walter Kluwer, 2016.

VASCONCELOS, Breno Ferreira Martins et al. Observatório do Carf: tributação de lucros de coligadas e controladas no exterior. **JOTA – Notícias Jurídicas que fazem a diferença**, São Paulo, 3 abr. 2016. Disponível em: < <https://www.jota.info/colunas/observatorio-do->

carf/observatorio-carf-tributacao-de-lucros-de-coligadas-e-controladas-no-exterior-03042016>. Acesso em: 20 dez. 2017.

YACOLCA ESTARES, Daniel. Agenda pendiente em America Latina para incorporar la tributacion ambiental. In: CARVALHO, Cristiano (Org.). **Direito tributário atual**. São Paulo: Elsevier, 2015. p. 71-92.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARRETO, Paulo Ayres. Algumas reflexões sobre o “propósito negocial” no direito tributário brasileiro. In: CARVALHO, Cristiano (Org.). **Direito tributário atual**. São Paulo: Elsevier, 2015. p. 199-210.

BOMFIM, Diego. Proposta teórica de identificação de normas extrafiscais. In: CARVALHO, Cristiano (Org.). **Direito tributário atual**. São Paulo: Elsevier, 2015. p. 51-69.

CALIENDO, Paulo. Tributação de coligadas e controladas no exterior. In: CARVALHO, Cristiano (Org.). **Direito tributário atual**. São Paulo: Elsevier, 2015. p. 271-297.

CAMPOS, Fabricio Costa Resende de. Um modelo financeiro para determinação de evasão fiscal o Brasil no âmbito federa. **Revista Tributária das Américas**, [S.l.], v. 10, p. 39-57, 2014.

CARVALHO, Lucas de Lima. Le coup de Berger: a critique of the contribution of emerging economies to the OECD BEPS action plan. **Revista Tributária das Américas**, [S.l.], v. 10, p. 237-248, 2014.

CARVALHO, Paulo de Barros. **Derivação e positivação no direito tributário**. São Paulo: Noeses, 2011. v. 1.

DEFFENTI, Fabiano; CARVALHO, Cristiano. Trusts e planejamento tributário. **Revista Tributária das Américas**, [S.l.], v. 1, p.147-165, 2010.

ELALI, André. **Incentivos fiscais, neutralidade da tributação e desenvolvimento econômico**: a questão da redução das desigualdades regionais e sociais. [S.l.: s.n], 2007.

HARET, Florence. Desvendando as sanções políticas em direito tributário: critérios objetivos de delimitação das sanções políticas sob a ótica da jurisprudência do Supremo mais recente. In: CARVALHO, Cristiano (Org.). **Direito tributário atual**. São Paulo: Elsevier, 2015. p. 334-356.

LAFFER, Arthur. **Achieving public policy goals via tobacco taxation in Indonesia**. [S.l.]: The LAFFER Institute, 2014.

NASCIMENTO, Octavio Bulcão. Royalties na mineração e o caos federativo. In: CARVALHO, Cristiano (Org.). **Direito tributário atual**. São Paulo: Elsevier, 2015. p. 123-135.

TORRES, Heleno. Interpretação das convenções para evitar a dupla tributação e prestação de serviços. In: CARVALHO, Cristiano (Org.). **Direito tributário atual**. São Paulo: Elsevier, 2015. p.230-253.

UTUMI, Ana Cláudia. Planejamento tributário. Qual o futuro. In: CARVALHO, Cristiano (Org.). **Direito tributário atual**. São Paulo: Elsevier, 2015. p. 171-198.

IDENTIFICAÇÃO**Programa de Pós-Graduação:** Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios**Disciplina:** Empresa, Economia e Desenvolvimento**Ano/Semestre:** 2017/1**Carga horária:** 30 horas/aula**Créditos:** 2 créditos**Área temática:** Direito**Código da disciplina:** 112149**Professor:** Éderson Garin Porto**EMENTA**

Aspectos estruturantes do Direito de Empresa. A realidade jurídica das sociedades contempladas no Código Civil e na legislação esparsa empresarial, notadamente a Sociedade por Ações. O fenômeno da internacionalização de sociedades empresárias brasileiras: necessidade de posicionamento global, adequação jurídica da estrutura societária e padrões escriturais internacionais. A importância dos acordos de acionistas como meio de prevenir conflitos. A administração com base nas boas práticas de governança corporativa. Análise do direito societário à luz da legislação e jurisprudência de alguns Estados estrangeiros. Tratados aplicáveis às sociedades e a algumas de suas transações internacionais. Análise dos principais temas relacionados à clássica teoria geral do Direito Comercial, a partir da unificação do direito privado e das relações entre Direito e economia. Estudo das principais características dos tipos societários previstos no direito brasileiro, com ênfase nas sociedades limitadas e nas sociedades anônimas. Exame dos principais atos e operações societárias tais como fusões, aquisições, formação de joint ventures e de consórcios.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DATA	TEMA	TEXTO INICIAL
21/10	Abertura da disciplina. Perfis da Empresa	ASQUINI, Alberto. Perfis da empresa. Tradução de Fábio Konder Comparato. Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro, São Paulo, v.35, n. 104, p. 109-26. out/dez 1996
27/10	AED: escassez, preço, incentivos, maximização racional, equilíbrio e eficiência	SALAMA, Bruno M.O que é pesquisa em Direito e Economia? Cadernos Direito GVN° 22, v. 5, n. 2, mar/2008.
28/10	Teoria dos custos de transação	Coase, Ronald (1937). "The Nature of

		the Firm". <i>Economica</i> . Blackwell Publishing. 4 (16): 386–405.; Coase, Ronald (1960), "The Problem of Social Cost", <i>Journal of Law and Economics</i> , The University of Chicago Press, Vol. 3 (Oct., 1960): 1–44. Ambos compilados em COASE, R. H. The firm, the market and the law . [S.l.]: The University of Chicago Press, 1990..
10/11	Teoria da firma	Jensen, Michael C. and Meckling, William H., <i>Theory of the Firm: Managerial Behavior, Agency Costs and Ownership Structure</i> (July 1, 1976). Michael C. Jensen, <i>A THEORY OF THE FIRM: GOVERNANCE, RESIDUAL CLAIMS AND ORGANIZATIONAL FORMS</i> , Harvard University Press, December 2000; <i>Journal of Financial Economics</i> (JFE), Vol. 3, No. 4, 1976. Available at SSRN: https://ssrn.com/abstract=94043 or http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.94043
11/11	AED no Direito Societário: teoria da agência, seleção adversa e assimetria de informações	Armour, John and Hansmann, Henry and Kraakman, Reinier, <i>Agency Problems, Legal Strategies, and Enforcement</i> (July 20, 2009). Oxford Legal Studies Research Paper No. 21/2009; Yale Law, Economics & Public Policy Research Paper No. 388; Harvard Law and Economics Research Paper Series No. 644 ; ECGI - Law Working Paper No. 135/2009. Available at SSRN: https://ssrn.com/abstract=1436555 ; Armour, John and Hansmann, Henry and Kraakman, Reinier and Pargendler, Mariana, <i>Foundations of Corporate Law</i> (January 25, 2017). FGV Direito SP Research Paper Series No. 147; European Corporate Governance Institute (ECGI) - Law Working Paper No. 336/2017. Available at SSRN: https://ssrn.com/abstract=2906054 or http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2906054 .
17/11	Governança Corporativa	Bartlett, Robert P. and Talley, Eric L., <i>Law and Corporate Governance</i> (July 26, 2017). Forthcoming, <i>Handbook of Corporate Governance</i> (Hermalin & Weisbach, eds, 2018).. Available at

		SSRN: https://ssrn.com/abstract=3009451 Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC, disponível em http://www.ibgc.org.br/userfiles/2014/files/codigoMP_5edicao_web.pdf .
18/11	Compliance	Griffith, Sean J., Corporate Governance in an Era of Compliance (April 18, 2016). William & Mary Law Review, Vol. 57, No. 6, 2016; Fordham Law Legal Studies Research Paper No. 2766661. Available at SSRN: https://ssrn.com/abstract=2766661
24/11	Globalização	GARRUTHERS, Bruce G e HALLIDAY, Terence L. <i>Law, Economy and globalization: Max Weber and How international financial institutions understand law</i> . Disponível em: http://www.lexglobal.org/files/017_carruthers_halliday_law_economy_globalization_swedberg.pdf
25/11	Operações e Reorganizações Societárias	BOTREL, Sérgio. <i>Fusões e Aquisições</i> . São Paulo: Saraiva, 2015.
01/12	Conflitos societários	PRADO, Viviane Muller. <i>Conflito de interesses nos grupos societários</i> . São Paulo: Quartier Latin, 2006. VALLADÃO, Erasmo e ADAMEK, Marcelo. <i>Affectio societatis: um conceito jurídico superado no moderno direito societário pelo conceito de fim social</i> . In: Revista de Direito Mercantil n 149-150, p. 108-130. HUCK, Hermes Marcelo. <i>Pactos societários leoninos</i> . In: Revista dos Tribunais n 760

AVALIAÇÃO

Participação em aula, participação nos seminários, fichas de leitura e prova com consulta e/ou artigo científico para publicação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASCARELLI, Tullio. **Panorama do direito comercial**. São Paulo: Saraiva e Cia, 1947.

CAVALLI, Cassio. **Empresa, direito e economia**. São Paulo: Saraiva, 2014.

COASE, R. H. **The firm, the market and the law**. [S.l.]: The University of Chicago Press, 1990.

COOTER, Robert D.; UELEN, Thomas. **Direito e economia**. Porto Alegre: Bookmann, 2010.

EASTERBROOK, F. **The economic structure of corporate law**. Cambridge: Harvard University Press, 1996

KRAAKMAN, Reiner. et al. **The anatomy of corporate law: a comparative and functional approach**. Oxford: Oxford University, 2000.

MACKAAY, Ejan; ROUSSEAU, Stéphane. **Análise econômica do direito**. São Paulo: Atlas, 2014.

NORTH, Douglass C. **Custos de transação, instituições e desempenho econômico**. [S.l.]: Instituto Liberal, 2002.

PINHEIRO, Armando Castelar; SADDI, Jairo. **Direito, economia e mercados**. São Paulo: Campus, 2005.

SZTAJN, Rachel. **Teoria jurídica da empresa: atividade empresária e mercados**. São Paulo: Atlas, 2004.

SZTAJN, Rachel; ZYLBERSZTAJN, Decio. **Direito, economia e organizações**. [S.l.]: Campus, 2005.

YAZBEK, Otavio. **Regulação do mercado financeiro e de capitais**. 2. ed. [S.l.]: Elsevier, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAÚJO, Fernando. **Análise econômica do direito, programa e guia de estudo**. [S.l.]: Almedina, 2008.

ASQUINI, Alberto. Perfis da empresa. **Revista de Direito Mercantil**, São Paulo, n. 104, p. 108-126, out./dez. 1996.

BAINBRIDGE, Stephen M. **Corporate governance after the financial crisis**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

BORBA, José Edwaldo Tavares. **Direito societário**. 12. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.

CRETILLA NETO, José. **Empresa transnacional e direito internacional: exame do tema à luz da globalização**. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. **Direito de empresa**. 3. ed. São Paulo: RT, 2010.

MENDONÇA, J. X. Carvalho de. **Tratado de direito comercial brasileiro**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1945. v. 1.

POLINSKY, A. Mitchell. **An introduction to law and economics**. 3rd ed. New York: Aspen Publishers, 2003.

POSNER, Richard A. **Economic analysis of law: aspen law**. 8th ed. [S.l.]: Wolters Kluwer, 2005.

POSNER, Richard A. **How judges think**. [S.l.]: Harvard University Press, 2008.

SHAVELL, Steven. **Economic analysis of law**. [S.l.]: Foundation Press, 2004.

SHAVELL, Steven. **Foundations of economic analysis of law**. [S.l.]: Harvard University Press, 2004.

VERÇOSA, Haroldo Malheiros Duclerc. **Curso de direito comercial**. São Paulo: Malheiros, 2004. v. 1.

VIVANTE, Cesare. **Trattato di diritto commerciale**. 5. ed. Milano: Dottor Francesco Vallardi, 1934. v. 1.

WILLIAMSON, Oliver E. **The economics institutions of capitalism**. [S.l.]: Free Press, 1985.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Estratégias para a Internacionalização das Empresas

Ano/Semestre: 2017/2

Carga horária: 30 horas/aula

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112168

Professor: Ivan Lapuente Garrido

EMENTA

Internacionalização de empresas, considerando as diferentes correntes teóricas e suas implicações para o contexto brasileiro. Ambiente internacional de negócios, analisando criticamente as variáveis externas à empresa que interferem nas decisões de internacionalização. Estratégias de entrada em mercados externos, possibilidades de inserção competitiva de produtos, serviços e organizações no exterior, instrumentalizando gestores para o desenvolvimento de planos de internacionalização sustentáveis.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A disciplina é dividida em cinco diferentes módulos:

- **Módulo I:** Teorias em Negócios Internacionais – Conhecimento das principais correntes teóricas que estudam a internacionalização de empresas (Corrente Econômica e Comportamental)
- **Módulo II:** Estratégias de Entrada em Mercados Externo – estudar as principais formas de atuação das organizações em mercados internacionais, focando nas necessidades e consequências à organização com base nas diferentes formas de atuação internacional das empresas.
- **Modulo III:** O Brasil no Comércio Exterior – conhecer o histórico brasileiro no mercado internacional.
- **Módulo IV:** o Ambiente Institucional Internacional – conhecer as influencias institucionais formais e informais no ambiente internacional de negócios.
- **Modulo V:** Estudo de Caso

AVALIAÇÃO

A avaliação se dará com base em três critérios e pesos:

- Participação em sala de aula (avaliada pela frequência e envolvimento com as atividades), correspondendo a 1/3 da nota final.
- Estudo de Caso (1/3 da nota final)
- Trabalho final (apresentado nas últimas aulas) – 1/3 da nota final

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DUNNING, John L.; LUNDAN, Sarianna M. **Multinational enterprises and the global economy**. 2nd ed. Massachusetts: Edward Elgar Publishing, 2008.

PENG, Mike W. **Estratégia global**. [S.l.]: Cengage CTP, 2008

ROOT, F. R. **Entry strategies for international markets**. New York: Lexington, 1998.

RUGMAN, Alan M., **The oxford handbook of international business**. USA: Oxford University Press, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CATEORA, P. R.; GRAHAM, JOHN L. **Marketing internacional**. São Paulo: LTC, 2001.

DUNNING, J. H. The eclectic paradigm of international production: a restatement and some possible extensions. **Journal of International Business Studies**, Richmond, v. 19, n. 1, p. 1-31, Mar. 1988.

JOHANSON, J.; VAHLNE, J. The mechanisms of internationalization. **International Marketing Review**, Bingley, v. 7, n. 4, p. 11-24, 1990.

JOHANSON, J.; VAHLNE, J. The uppsala internationalization process model revisited: from liability of foreignness to liability of outsidership. **Journal of International Business Studies**, [S.l.], v. 40, n. 9, p. 1411-1431. 2009.

OSLAND, G. E.; TAYLOR, C. R.; ZOU, S. Selecting international modes of entry and expansion. **Marketing Intelligence & Planning**, Bingley, v. 19, n. 3, p. 153-161, 2001.

PENG, Mike W. **Estratégia global**. [S.l.]: Thomson, 2008.

PENG, Mike W. **Global business**. [S.l.]: South-Western Cengage Learning, 2011.

SHARMA, V. M.; ERRAMILI, M. K. Resource-based explanation of entry mode choice. **Journal of Marketing Theory and Practice**, [S.l.], v. 12, n. 1, p. 1, 2004.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Formas de Resolução de Conflitos

Ano/Semestre: 2017/2

Carga horária: 30 horas/aula

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112156

Professor: Luciano Benetti Timm

EMENTA

A assessoria jurídica como modo de prevenção de conflitos. Métodos alternativos de solução de controvérsia. Teoria da Negociação. Escolhas. Mediação. Arbitragem. Compromisso arbitral. Processo arbitral. Poder Judiciário e arbitragem. A crise do Poder Judiciário e a busca por soluções alternativas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA	TEMA	MATERIAL DE APOIO
1 ^a	Apresentação da disciplina. Orientações sobre avaliação. Análise dos números do Poder Judiciário. Teoria da litigância e sistema multiportas	Justiça em números 2015: ano-base 2014/Conselho Nacional de Justiça – Brasília: CNJ, 2015, disponível em http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/pj-justica-em-numeros.
2 ^a	Arbitragem: histórico, conceito, vantagens, desvantagens	DELGADO, José Augusto. A arbitragem no Brasil – Evolução histórica e conceitual. Disponível em: http://www.escolamp.org.br/arquivos/22_05.pdf .
3 ^a	Aspectos processuais e práticos da arbitragem.	TIMM, Luciano. Arbitragem nos contratos empresariais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.
4 ^a	Análise Econômica da litigância. Teoria dos jogos.	COOTER, Robert D.; RUBINFELD, Daniel L. Economic analysis of legal disputes and their resolution. Journal of Economic Literature. Pittsburgh: American Economic Association, v. 27, n. 3, p. 1067-1097, sep. 1989. Disponível em: < http://www.jstor.org/stable/2726775 >
5 ^a	Teoria da Negociação.	URY, William e FISHER, Roger. Getting To Yes: Negotiating An Agreement Without Giving In.

		Randon House UK,
6 ^a	Mediação	CALMON, Petrônio. Fundamentos da mediação e conciliação . 3 ed. Gazeta jurídica, 2015.
7 ^a	Arbitragem e Administração Pública	MELLO, Rafael Munhoz de. Arbitragem e Administração Pública . In: Revista Jurídica da Procuradoria-Geral do Estado do Paraná. Curitiba, n. 6, p. 47-81, 20015.
8 ^a	Arbitragem e Direito Tributário	MENDONÇA, Priscila Faricelli de. Transação e arbitragem nas controvérsias tributárias . 2013. Dissertação (Mestrado em Direito Processual) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: < http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2137/tde-12022014-135619/ >. Acesso em: 2016-08-15.
9 ^a	Regulamento da arbitragem e mediação e aspectos práticos.	Regulamento da CAMARB: http://camarb.com.br/mediacao/regulamento/
10 ^a	Implicações no Novo Código de Processo Civil	RODOVALHO, Thiago e CAHALI, Francisco José. A Arbitragem no Novo CPC - Primeiras Impressões, in Alexandre Freire et alii (orgs.) . Novas Tendências do Processo Civil - Estudos sobre o Projeto do Novo Código de Processo Civil, Salvador: JusPodivm, 2014, v. 2, pp. 583/604.

AValiação

No desenvolvimento da atividade acadêmica, poderão ser utilizadas as seguintes metodologias: aulas dialogadas e expositivas; seminários; estudo e discussão de casos; provas orais e/ou escritas; leitura, fichamento e análise de textos; produção textual; trabalhos coletivos e individuais; exibição e discussão de obras artístico-culturais.

As notas conferidas na atividade observarão a seguinte composição: 1. participação qualificada nos encontros, com apresentação oral de leituras prévias efetivadas e entrega ao final do respectivo fichamento das leituras ao professor (30% da nota final); 2. entrega do trabalho final (70% da nota final).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARMONA, Carlos Alberto. **Arbitragem e processo**: comentários a Lei nº 9307/96. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

JOBIM, Eduardo; MACHADO, Rafael Bicca. **Arbitragem no Brasil**: aspectos jurídicos relevantes. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

TIMM, Luciano. **Arbitragem nos contratos empresariais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CLEMENZ, Gerhard; GUGLER, Klaus. Macroeconomic development and civil litigation. **European Journal of Law and Economics**, [S.l.], v. 9, n. 3, p. 215-230, May 2000.

Disponível em:

<<http://www.springerlink.com/content/x7580gq57303408r/#ContactOfAuthor2>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

COOTER, Robert D.; RUBINFELD, Daniel L. Economic analysis of legal disputes and their resolution. **Journal of Economic Literature**, Pittsburgh, v. 27, n. 3, p. 1067-1097, Sept. 1989. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2726775>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

FRIEDMAN, Lawrence M. Litigância e sociedade. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 263, p. 13-34, maio/ago. 2013.

GUERRERO, Luis Fernando. **Convenção de arbitragem e processo arbitral**. São Paulo: Atlas, 2010.

KOBAIASHI, Bruce H; PARKER, Jeffrey S. Civil procedure: general economic analysis. In: BOUCKAERT, Boudewijn; DE GEEST, Gerrit. (Ed.). **Encyclopedia of law and economics**. Cheltenham: Edward Elgar, 2000. v. 1, p. 65-117. Disponível em: <<http://encyclo.findlaw.com/7000book.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

MARTINS, Pedro Antonio Batista. **Reflexões sobre arbitragem**: in memoriam do desembargador Cláudio Vianna de Lima. São Paulo: Ltr, 2002.

OLIÚ, Alejandro Abal. La prueba del derecho en el proceso jurisdiccional. **Revista de Derecho**, Montevideu, v. 8, n. 8, p. 11-80, nov. 2013.

PATRICIO, Miguel Carlos Teixeira. **Análise econômica da litigância**. Lisboa: Almedina, 2005.

SILVA, Eduardo Silva da. **Arbitragem e direito privado**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

STONE, Katherine V. W. **Private justice: the law of ADR**. [S.l.]: University Casebook Series, 2003.

STRENGER, Irineu. **Arbitragem comercial internacional**. São Paulo: LTR, 1996.

TIMM, Luciano Benetti. **Arbitragem nos contratos**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

TIMM, Luciano Benetti. **Direito e economia no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2012.

VILELA, Marcelo Dias Gonçalves. **Arbitragem no direito societário**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Gerenciamento de Risco Empresarial

Ano/Semestre: 2017/2

Carga horária: 15 horas/aula

Créditos: 1 crédito

Área temática: Direito

Código da Disciplina: 112158

Professor: André Rafael Weyermüller

EMENTA

Sociedade e Risco. Sistemas sociais e gerenciamento de risco. Análise, avaliação e gestão dos riscos. Risco ambiental. Governança dos Riscos. Regulação de Riscos (risk-based regulation). O papel dos tribunais na Regulação dos riscos. Sistema Constitucional para gerenciamento dos riscos ambientais. Modelos para gerenciamento de riscos. Instrumentos para gerenciamento de riscos. Princípios orientadores para a gestão jurídica de riscos ambientais. Elementos para a gestão jurisdicional do risco: probabilidade e magnitude. Riscos catastróficos. Direito e desastres.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Contexto jurídico do risco;
- Sociedade de Risco e Sistemas sociais;
- Princípios orientadores para a gestão jurídica de perigos e riscos ambientais: Prevenção e precaução;
- Análise, avaliação e gestão dos riscos de atividades perigosas: Consequências jurídicas;
- Risco ambiental: Sistema Constitucional para gerenciamento dos riscos ambientais;
- Governança dos Riscos;
- Regulação de Riscos ambientais e do consumidor para o empreendedor;
- O papel dos Tribunais na Regulação dos riscos;
- Modelos para gerenciamento de riscos;
- Instrumentos para gerenciamento de riscos;

- Adaptação;
- Elementos para a gestão jurisdicional do risco: probabilidade e magnitude;
- Empresas de criatividade e tecnologia e o risco;
- Oportunidades no risco e avaliação sistêmica.

AVALIAÇÃO

A avaliação consistirá em dois instrumentos:

- 1) Entrega de duas fichas de leitura de livre escolha entre todos os textos disponibilizados, representando 2,0 pontos da média final.
- 2) Entrega de artigo, entre 10 e 15 páginas, utilizando as fontes estudadas na disciplina como fundamentação teórica e contendo também a aplicabilidade processual utilizando um ou mais julgados. O artigo representará 8,0 pontos na média final.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito ambiental**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

DAMODARAN, Aswath. **Gestão estratégica do risco**: uma referência para a tomada de riscos empresariais. Tradução de Félix Nonnenmacher. Porto Alegre: Bookman, 2009.

DUARTE, Márcia de Freitas; SILVA, André Luis. A experimentação do risco na carreira criativa. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, Campo largo, v. 12, n. 2, p. 156-172, 2013. Disponível em:
<<http://www.periodicosibepes.org.br/ojs/index.php/recadm/article/view/1517/709>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

FISHER, Elizabeth. **Risk**: regulation and administrative constitutionalism. Oxford: Hart Publishing, 2007.

HOHENDORFF, Raquel von; ENGELMANN, Wilson. **Nanotecnologias aplicadas aos agroquímicos no Brasil**: a gestão dos riscos a partir do diálogo entre as fontes do Direito. Curitiba: Juruá, 2014.

LUHMANN, Niklas. **Risk**: a sociological theory. New Jersey: Aldine Transaction, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ADAMS, John. **Risco**. Tradução de Lenita Rimoli Esteves. São Paulo: SENAC, 2009.

CARVALHO, Délton Winter de. **Dano ambiental futuro**: a responsabilização civil pelo risco ambiental. 2. ed. rev., atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

FACHIN, Luiz Edson. Da felicidade paradoxal à sociedade de riscos: reflexões sobre risco e hiperconsumo. In: _____ **Sociedade de risco e direito privado**: desafios normativos,

consumeristas e ambientais. São Paulo: Atlas, 2013. p. 380-393.

JASANOFF, Sheila. **Science at the bar: law, science, and technology in america**. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

LEITE, José Rubens Morato; CAETANO, Matheus Almeida. A responsabilidade civil por danos ambientais na sociedade de risco: um direito reflexivo frente às gerações de problemas ambientais. In: _____ **Sociedade de risco e direito privado: desafios normativos, consumeristas e ambientais**. São Paulo: Atlas, 2013. p. 273-296.

LUHMANN, Niklas. **Introdução à teoria dos sistemas**. Tradução de Ana Cristina Torres Nafarrate. Petrópolis: Vozes, 2009.

MILARÉ, Édís. **Direito do ambiente**. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

PADOVEZE, Clóvis Luís; BERTOLUCCI, Ricardo Galinari. **Gerenciamento do risco corporativo em controladoria**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

SÁNCHEZ, Helena Nadal. De lo público a lo común en los modelos de propiedad intelectual: La garantía de un nuevo sistema civil. In: _____ **O impacto das novas tecnologias nos direitos fundamentais**. Joaçaba: Ed. UNOESC, 2015. p. 203-229.

STEELE, Jenny. **Risks and legal theory**. Oxford: Hart Publishing, 2004.

THOMAS, Janet M.; CALLAN, Scott J. **Economia ambiental: fundamentos, políticas e aplicações**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

VERCHICK, Robert R. M. **Facing catastrophe: environmental action for a post- katrina world**. Cambridge: Harvard University Press, 2010.

WEYERMÜLLER, André Rafael. **Água e adaptação ambiental: o pagamento pelo seu uso como instrumento econômico e jurídico de proteção**. Curitiba: Juruá, 2014.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Governança Corporativa

Ano/Semestre: 2017/2

Carga horária: 15 horas/aula

Créditos: 1 crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112164

Professor: Dr. Cristiano Machado Costa

EMENTA

Conceitos fundamentais de governança corporativa; Separação entre propriedade e controle, Função-objetivo das empresas e teoria de agência; Mecanismos internos e externos de governança; Panorama da governança corporativa no Brasil; Governança corporativa no mundo; Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal; Códigos de Boas Práticas de Governança; Principais pesquisas sobre governança corporativa; Aspectos metodológicos das pesquisas sobre governança corporativa.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Módulo I

Definições e mecanismos de Governança Corporativa. Teoria de Agência: princípios básicos e problema do Principal-Agente.

- Módulo II

Controle x Propriedade. Conselhos de Administração. Remuneração de Executivos e mecanismos de incentivos. Estrutura de Capital. Políticas de Dividendos. Evidenciação Voluntária e Obrigatória. Oferta Hostil, Investidores Institucionais e Tópicos Especiais em Governança.

- Módulo III

Governança Corporativa e Valor. Governança Corporativa no Brasil: Práticas Recomendadas, Voluntárias e Obrigatórias. Ambiente Regulatório Brasileiro e Internacional. Governança Corporativa no Mundo.

- Módulo IV

A Literatura sobre Governança Corporativa no Brasil. Governança Corporativa em Empresas Não-Listadas: Estudos de Caso. Apresentação de Estruturas de Governança (atividade avaliativa).

AVALIAÇÃO

A avaliação se dará com base em três critérios e pesos:

- Participação em sala de aula (avaliada pela frequência e envolvimento com as atividades), correspondendo a 1/5 da nota final.
- Apresentação de Estrutura (última aula) – 2/5 da nota final.
- Trabalho (entrega na última aula) - 2/5 da nota final.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ADAMS, Renee B.; FERREIRA, Daniel. A theory of friendly boards. **The Journal of Finance**, [S.l.], v. 62, n. 1, p. 217-250, 2007.

BECHT, Marco; BOLTON, Patrick; RÖELL, Ailsa. Corporate law and governance. **Handbook of Law and Economics**, [S.l.], v. 2, p. 829-943, 2007.

BLACK, Bernard S.; DE CARVALHO, Antonio Gledson; SAMPAIO, Joelson Oliveira. The evolution of corporate governance in Brazil. **Emerging Markets Review**, [S.l.], v. 20, p. 176-195, 2014.

CLAESSENS, S. Corporate governance and development. **The World Bank Research Observer**, v. 21, n. 1, p. 91-122, 2006.

FARINHA, Jorge. Dividend policy, corporate governance and the managerial entrenchment hypothesis: an empirical analysis. **Journal of Business Finance & Accounting**, [S.l.], v. 30, n. 9/10, p. 1173-1209, 2003.

GILLAN, Stuart L. Recent developments in corporate governance: an overview. **Journal of Corporate Finance**, Amsterdam, v. 12, p. 381-402, 2006.

JENSEN, Michael; MECKLING, William. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, Lausanne, v. 3, p. 305-360, Oct. 1976.

MORCK, Randall K. (Ed.). **A history of corporate governance around the world**. Chicago: National Bureau of Economic Research NBER, 2005.

SHLEIFER, Andrei; VISHNY, Robert W. A survey of corporate governance. **The Journal of Finance**, [S.l.], v. 52, n. 2, p. 737-783, 1997.

SILVEIRA, A. D. M. da. **Governança corporativa no Brasil e no mundo: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Elsevier, 2015.

TRICKER, RI Bob. **Corporate governance: principles, policies, and practices**. [S.l.]: OUP Oxford, 2015.

VERRECCHIA, Robert E. Essays on disclosure. **Journal of accounting and economics**, [S.l.], v. 32, n. 1, p. 97-180, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAUJO, Aloisio P.; FERREIRA, Rafael V. X.; FUNCHAL, Bruno. The brazilian bankruptcy law experience. **Journal of Corporate Finance**, [S.l.], v. 18, n. 4, p. 994-1004, 2012.

BERLE, A.; MEANS, G. **The modern corporation and private property**. New York: Harcourt, 1932.

CAMPELLO, Murillo. Contemporary corporate finance research on South America. **Journal of Corporate Finance**, [S.l.], v. 18, n. 4, p. 879-882, 2012.

CARVALHAL, Andre. Do shareholder agreements affect market valuation: evidence from brazilian listed firms. **Journal of Corporate Finance**, [S.l.], v. 18, n. 4, p. 919-933, 2012.

COSTA, Cristiano M. et al. Family management: creating or destroying firm value. **Economics Bulletin**, [S.l.], v. 34, n. 4, p. 2292-2302, 2014.

COSTA, Cristiano Machado et al. Non-compliance in executive compensation disclosure: the brazilian experience. **Journal of Business Finance & Accounting**, [S.l.], v. 43, n. 3/4, p. 329-369, 2016.

FAMA, Eugene; JENSEN, Michael. Separation of ownership and control. **Journal of Law and Economics**, Chicago, v. 26, p. 301-325, June 1983.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Código das melhores práticas de governança corporativa**. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.ibgc.org.br/userfiles/Codigo_julho_2010_a4.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2017.

LA PORTA, Rafael; SHLEIFER, Andrei; LOPEZ-DE-SILANES, Florencio. Corporate ownership around the world. **Journal of Finance**, New York, v. 54, p. 471-517, 1999.

LEUZ, Christian; VERRECCHIA, Robert E. The economic consequences of increased disclosure (digest summary). **Journal of accounting research**, [S.l.], v. 38, p. 91-124, 2000.

OECD. **G20/OECD principles of corporate governance**. Paris, 2015.

SCHMIDT, Breno. Costs and benefits of friendly boards during mergers and acquisitions. **Journal of Financial Economics**, [S.l.], v. 117, n. 2, p. 424-447, 2015.

SROUR, Gabriel. Práticas diferenciadas de governança corporativa: um estudo sobre a conduta e a performance das firmas brasileiras. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 4, p. 635-674, out./dez. 2005.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Inovação e Marcos Regulatórios Fiscais

Ano/Semestre: 2017/2

Carga horária: 30 horas/aula

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112160

Professor: Silvio Bitencourt da Silva e Marciano Buffon

EMENTA

A disciplina terá por temática a tributação e sua relação com áreas de inovação tecnológica e novos setores da Economia. Temas como tributação ambiental, comércio eletrônico, downloads e nuvens, Extrafiscalidade e benefícios fiscais serão estudados à luz da teoria jurídica e da Análise Econômica do Direito.

PLANO DE ENSINO

Data	Assuntos	Leitura Principal
Aula01 11/08 sexta-feira tarde	Inovação e Marcos Regulatórios Fiscais	Não aplicável / Aula expositiva: Tributação e Complexidade (Marciano Buffon)
Aula02 25/08 sexta-feira noite	Inovação e Marcos Regulatórios Fiscais	BUFFON, Marciano; JACOB, Lilian Ramos. Os incentivos fiscais no ramo tecnológico como instrumento do desenvolvimento nacional. Direito e Desenvolvimento , v. 6, n. 2, p. 121-144, 2016. LAKS, Larissa Rodrigues. Extrafiscalidade e incentivos à inovação tecnológica. Revista do Direito Público , v. 11, n. 2, p. 230-259, 2016.
Aula03 26/08 sábado manhã	Inovação e Marcos Regulatórios Fiscais	AVELLAR, Ana Paula Macedo de; BOTELHO, Marisa dos Reis Azevedo. Efeitos das políticas de inovação nos gastos com atividades inovativas das pequenas empresas brasileiras. Estudos Econômicos , v. 46, n. 3, p. 609-642, 2016. PSCHEIDT, Kiristian Rodrigo; PINTO, Felipe Chiarello de Souza. Políticas macroeconômicas: Erros e acertos de uma política extrativa. Revista Brasileira de Estudos Políticos , v. 112, p. 231-269, 2016.
Aula04 01/09 sexta-feira tarde	Conceitos e reflexões sobre inovação	BRULAND, K.; MOWERY, D. C. Innovation through Time. Science, Technology, and Innovation Policy . In: FAGERBERG, J.; MOWERY, D. C.; NELSON, R. R. The Oxford Handbook of Innovation. Oxford, Oxford University Press, 2006. - Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2016-2019
Aula05	Política de Inovação	LUNDVALL, B.; BORRÁS, S. Science, Technology, and Innovation Policy . In:

01/09 sexta-feira noite		FAGERBERG, J.; MOWERY, D. C.; NELSON, R. R. The Oxford Handbook of Innovation. Oxford, Oxford University Press, 2006. FAGERBERG, J. Innovation Policy: Rationales, Lessons and Challenges. Journal of Economic Surveys , 2016.
Aula06 15/09 sexta-feira noite	Incentivos Governamentais à Inovação no Brasil	- Lei de Inovação - Lei do Bem
Aula07 16/09 sábado manhã	Incentivos Governamentais à Inovação no Brasil	- Lei de Informática - Relatório estatístico RDA 2014 - PADIS - PADTV
Aula08 06/10 sexta-feira tarde	Incentivos Governamentais à Inovação no Brasil	- Lei Rouanet da Pesquisa - Subvenção Econômica
Aula09 06/10 sexta-feira noite	Incentivos Governamentais à Inovação no Brasil	- Empréstimos FINEP - Funtec BNDES
Aula10 07/10 sábado manhã	Incentivos Governamentais à Inovação no Brasil	- Parcerias com Centros de P,D&I e outras entidades de apoio e fomento a inovação no Brasil e outros incentivos pertinentes.

Forma de Apuração dos Conceitos

Participação em Aula, Apresentação e Discussão dos Textos 50%

Seminários 50%

Instruções sobre a leitura, apresentação e discussão dos textos: A cada aula haverá textos relacionados ao tema. A leitura desses textos é obrigatória para todos os alunos, que serão convidados, no decorrer da aula, para apresentar sua apreciação sobre eles. Os alunos serão escolhidos aleatoriamente a cada aula. Os incentivos governamentais à inovação no Brasil serão apresentados por meio de seminários administrados pelos alunos conforme distribuição prévia.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Metodologia para a Análise e Resolução de Casos

Ano/Semestre: 2017/2

Carga horária: 30 horas/aula

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

Código da Disciplina: 112152

Professor: Dr. Wilson Engelmann

EMENTA

Paradigmas de Pesquisa em Direito; Projetos de Pesquisa (Estrutura, processo de desenvolvimento e critérios de qualidade); Métodos de Pesquisa: A pesquisa experimental, a pesquisa Survey, o Estudo de Caso, a Pesquisa-Ação, a Etnografia, Legal analysis and writing: how to read and brief a case and how to draft a memorandum (a experiência americana); Técnicas de coleta de dados; Técnicas de análise de dados.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Pesquisa jurídica e suas características aplicadas ao Mestrado Profissional; etapas da construção de projeto de pesquisa; modelos e estruturas de Trabalho de Conclusão; metodologia da pesquisa jurídica, com ênfase na pesquisa empírica; estruturação e escrita de textos a partir da experiência jurídica americana.

AVALIAÇÃO

Participação qualificada nas aulas; apresentação de seminário e entrega de relatório de leituras e a elaboração do Projeto de pesquisa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

EPSTEIN, Lee; KING, Gary. **Pesquisa empírica em direito:** as regras de inferência. Tradução de Fábio Morosini. São Paulo: Direito GV, 2013. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/.../Pesquisa_empirica_em_direito.pdf;pesquisa>. Acesso em 05 set. 2018.

EPSTEIN, Lee; MARTIN, Andrew D. **An introduction to empirical legal research.** Oxford: Oxford University Press, 2014.

PARGENDLER, Marlana; SALAMA, Bruno Meyerhof. Direito e consequência no Brasil: em busca de um discurso sobre o método. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 262, p. 95-144, jan./abr. 2013.

SILVERMAN, David. **Interpretação de dados qualitativos**: métodos para análise de entrevistas, textos e interações. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

WELLFORD, Robin S. **Legal analysis and writing**. [S.l.]: Lexis-Nexis Electronic Authors, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABERNATHY, Charles F. **Law in the United States**. New York: Thomson West, 2006 (American Casebook Series).

BERGMANN, Jonathan; SAMS, Aaron. **Sala de aula invertida**: uma metodologia ativa de aprendizagem. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

BROWN, Tim. **Design thinking**: uma metodologia ponderosa para decretar o fim das velhas ideias. Tradução de Cristina Yamagami. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

COLLIS, H.; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em administração**. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

CRESWELL, J. W. **Research design**: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches. Thousand Oaks: Sage Publication, 2003.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 64-89.

HOECKE, Mark Van. **Methodologies of legal research**: which kind of method for what kind of discipline? Oxford: Hart Publishing, 2013.

LAMY, Marcelo. **Metodologia da pesquisa jurídica**: técnicas de investigação, argumentação e redação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Tradução de Maria D. Alexandre; Maria Alice Sampaio Dória. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

O'REALLY-KELLY, S. W.; VOKURKA, R. J. The empirical assessment of construct validity. **Journal of Operations Management**, Amsterdam, v. 16, p. 387-405, 1998.

POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Tradução de Ana Cristina Nasser. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

SCHWAB, D. P. A model of empirical research. In: _____. **Research methods for organizational studies.** Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 1999. p. 13-28.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Novas Tecnologias e Direito

Ano/Semestre: 2017/2

Carga horária: 15 horas/aula

Créditos: 1 crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112154

Professor: Dr. Wilson Engelmann

EMENTA

Sociedade, Direito, ciência e tecnologia, em busca de novos referenciais. Novos paradigmas do direito e a superação do modelo linear, hierárquico, piramidal, positivista. Regulação, regulamentação, autorregulação e normas técnicas: esclarecendo conceitos. ISO e outros organismos internacionais de normalização. Os diferentes tipos de normas privadas e seu impacto no comércio internacional Autorregulação e Responsabilidade Social das empresas no desenvolvimento de novas tecnologias. Autorregulação regulada o exemplo Europeu. Nanotecnologia e Autor-regulação. Autorregulação e o direito à informação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- As novas relações entre o Direito e as Novas Tecnologias.
- Desafios jurídicos trazidos pelas nanotecnologias no cenário de ausência regulatória estatal.
- O diálogo entre as fontes do Direito e as questões atinentes à regulação, regulamentação, autorregulação. Responsabilidade social das organizações no desenvolvimento da inovação: *Responsible Research and Innovation (RRI)* e *Ethical, Legal and Social Implications (ELSI)*.
- O direito à informação e os desafios à gestão empresarial dos riscos das nanotecnologias.
- A caracterização jurídica das normas da ISO e da OCDE.

PLANO DAS AULAS:

25/08/2017: apresentação da atividade acadêmica e a sua relação com a Linha de Pesquisa e a Área de Concentração do MPDir.; as novas tecnologias e o Direito: Sociedade, Direito,

ciência e tecnologia, em busca de novos referenciais. Desafios e perspectivas para o advogado empresarial.

Texto para leitura para leitura prévia: O Pluralismo das Fontes do Direito como uma alternativa para a estruturação jurídica dos avanços gerados a partir da escala nanométrica.

02/09/2017: Diálogo entre as fontes do Direito: da regulação à autorregulação regulada. Os efeitos jurídicos das normas elaboradas pela ISO e OCDE.

15/09/2017: Visita orientada ao Portal de Inovação e Institutos Tecnológicos da Unisinos.

Tarefa: elaboração e entrega de relatório técnico da visita.

29/09/2017: Responsabilidade sócio-jurídica das organizações no desenvolvimento da inovação tecnológica: *Responsible Research and Innovation* (RRI) e *Ethical, Legal and Social Implications* (ELSI). O direito à informação e os desafios à gestão empresarial dos riscos das novas tecnologias.

20/10/2017: Apresentação do *Storytelling*.

AVALIAÇÃO

- Participação qualificada nas aulas, evidenciando a leitura dos textos previamente indicados para cada encontro;
- Organização e apresentação de *storytelling* (ver Dossiê);
- Elaboração de um programa de cumprimento envolvendo os marcos jurídicos vigentes para a implantação de uma nova tecnologia num cenário de ausência de regulação legislativa específica.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, *Design Thinking*, *Frameworks*, *Storytelling*, árvores de decisão e outros modelos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco mundial**: em busca da segurança perdida. [S.l.]: Leya, 2015.

BROWNSWORD, Roger. Technological management and the rule of law. **Law, Innovation and Technology**, UK, v. 8, n. 1, p. 100-140, 2016.

ENGELMANN, Wilson. As nanotecnologias como um exemplo de inovação e os reflexos jurídicos no cenário da pesquisa e inovação responsáveis (responsible research and innovation) e das implicações éticas, legais e sociais (ethical, legal and social implications). In: STRECK, Lenio Luiz; ROCHA, Leonel Severo; ENGELMANN, Wilson. **Constituição, sistemas sociais e hermenêutica**: anuário do programa de pós-graduação em direito da Unisinos. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2016. n. 12, p. 227-247.

ENGELMANN, Wilson. **Nanotechnology, law and innovation**. Saarbrücken: LAP LAMBERT Academic Publishing, 2011.

OWEN, David. **The conundrum**: how scientific innovation, increased efficiency, and good intentions can make our energy and climate problems worse. New York: Penguin Group, 2011.

PAREDES-FRIGOLETT, Harold et al. Governance of responsible research and innovation: an agent- based model approach. **Procedia Computer Science**, [S.l.], v. 55, p. 912-921, 2015.

SANDLER, Ronald L. (Ed.). **Ethics and emerging technologies**. New York: Palgrave Macmillan, 2014.

SUPIOT, Alain; DELMAS-MARTY, Mireille. **Prendre la responsabilité au sérieux**. Paris: Presses Universitaires de France, 2015.

TRICKER, Bob. **Corporate governance**: principles, policies, and practices. 3rd ed. Oxford: Oxford University Press, 2015.

UNIÃO EUROPÉIA. **Código de conduta para a investigação responsável no domínio das nanociências e das nanotecnologias**. Disponível em:
<<http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:32008H0345:PT:HTML>>.
Acesso em: 20 dez. 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (ABDI).
Nanotecnologias: subsídios para a problemática dos riscos e regulação. Brasília, DF, c2011.
Disponível em: <http://www.abdi.com.br/Estudo/Relat%C3%B3rio%20Nano-Riscos_FINALreduzido.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2017.

BAPTISTA, Patrícia; KELLER, Clara Iglesia. Por que, quando e até onde regular as novas tecnologias?: entre inovação e preservação, os desafios trazidos pelas inovações disruptivas. In: FREITAS, Rafael Vêras de; RIBEIRO, Leonardo Coelho; FEIGELSON, Bruno (Coord.). **Regulação e novas tecnologias**. Belo Horizonte: Fórum, 2017. p. 121-150.

BROWN, Tim. Design Thinking. **Harvard Business Review**, [S.l.], v. 86, n. 6, p. 84 - 92 June 2008.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução de Roneide Venancio Majer. 17. ed. rev. e atual. São Paulo: Paz & Terra, 2016.

DELMAS-MARTY, Mireille. **Por um direito comum**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

DÍEZ, Carlos Gómez-Jara. **A responsabilidade penal da pessoa jurídica e o dano ambiental**: a aplicação do modelo construtivista de autorresponsabilidade à Lei 9.605/98. Tradução de Cristina Reindolff da Motta. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

ENGELMANN, Wilson; HUPFFER, Haide Maria (Org.). **Bionanoética**: perspectivas jurídicas. São Leopoldo: Trajetos Editorial, 2017.

GALLO, Carmine. **Storytelling**: aprenda a contar histórias com Steve Jobs, Papa Francisco, Churchill e outras lendas da liderança. Tradução de Bruno Scartozzoni. São Paulo: HSM, 2017.

GARDELLA, M. Mercè Darnaculleta i. Autorregulación normativa y derecho en la globalización. In: GARDELLA, M. Mercè Darnaculleta i et al. (Ed.). **Estrategias del derecho ante la incertidumbre y la globalización**. Madrid: Marcial Pons, 2015. p. 197-216.

LEENES, Ronald et al. Regulatory challenges of robotics: some guidelines for addressing legal and ethical issues. **Law, Innovation and Technology**, [S.l.], v. 9, n. 1, p. 1-44, 2017.

NORDMANN, Alfred. Responsible innovation, the art and craft of anticipation. **Journal of Responsible Innovation**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 87-98, 2014.

SCHWAB, Klaus. **A quarta revolução industrial**. Tradução de Miranda, D. M. São Paulo: EDIPRO, 2016.

TEUBNER, Gunther. **Fragmentos constitucionais**: constitucionalismo social na globalização. São Paulo: Saraiva, 2016.

YOGUI, Ricardo. Framework de inovação para organizações modernas. **Project Design Management**, [S.l.], v. 15, n. 75, p. 68-73, 2017.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Sistemas Jurídicos Internacionais

Ano/Semestre: 2017/2

Carga horária: 15 horas/aula

Créditos: 1 crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112166

Professora: Dra. Luciane Klein Vieira

EMENTA

Análise dos principais Sistemas Jurídicos Contemporâneos, a partir das duas vertentes históricas: a Civil Law e a Common Law. Será dada ênfase no estudo do Sistema Jurídico Americano, com ênfase na constituição da processualidade do litígio e a importância da formação do precedente. A influência dos tribunais ingleses. Peculiaridades do Direito Asiático, com ênfase no Direito Coreano.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Sistemas Jurídicos Contemporâneos;
- *Civil Law* e *Common Law*: Histórico, mapa atual, fontes do direito, *hard law* e *soft law*;
- Direito norte-americano (EUA): sistema judiciário, sistema legislativo, *case law*.
- Direito inglês: histórico, sistema judiciário;
- Direito coreano: histórico, peculiaridades, sistema jurídico atual.
- Outros sistemas jurídicos atuais e relevantes ao cenário brasileiro: BRICS, ASEAN + 3, APEC, MERCOSUL, União Europeia;

AValiação

- Estudo de casos;
- Debates temáticos;
- *Paper* que será entregue ao final da disciplina.

Critérios de avaliação:

- *Paper*: 70%;
- Apresentação de trabalho em aula: 30%.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DAVID, René. **Os grandes sistemas do direito contemporâneo**. Tradução de Hermínio A. Carvalho. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

ENGELMANN, Wilson; SCHIOCCHET, Taysa (Coord.). **Sistemas jurídicos contemporâneos e constitucionalização do direito**. Curitiba: Juruá, 2013.

FINE, Toni M. **Introdução ao sistema jurídico anglo-americano**. Tradução de Eduardo Saldanha e Revisão técnica de Eduardo Apio. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

LOSANO, Mario G. **Os grandes sistemas jurídicos**. Tradução de Marcela Varejão. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AJANI, Gianmaria et al. **Sistemas jurídicos comparados: lecciones y materiales**. Tradução de Beatriz Gregoraci Fernández. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2011.

CROSS, Rupert; HARRIS, J. W. **El precedente en el derecho inglés**. Tradução de Maria Angélica Pulido. Barcelona: Marcial Pons, 2012.

DAVID, René. **O direito inglês**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

DOUGLAS-SCOTT, Sionaidh. **Law after modernity**. Oxford: Hart Publishing, 2013.

FARNSWORTH, E. Allan. **An introduction to the legal system of the United States**. 4th ed. New York: Oxford University Press, 2010.

FERNÁNDEZ VILA, María Fernanda. Las experiencias de integración en Asia. In: NEGRO, Sandra (Dir.). **Derecho de la integración**: manual. 2ª ed. Montevideo: BdeF, 2013.

FON, Vincy; PARISI, Francesco. Judicial precedents in civil law systems: a dynamic analysis. **International Review of Law and Economics**, [S.l.], n. 26, p. 519-535, 2006. Disponível em: <<http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/33111-41760-1-PB.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

GRUNDMANN, Stefan et al. **Direito privado, constituição e fronteiras**: encontros da Associação Luso-Alemã de Juristas Brasileiros. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

JIN, Oh Seung. **Overview of legal systems in the Asia-Pacific Region: South Korea.** [S.l.]: Scholarship Cornell Law, 2004. (Paper, 6). Disponível em: <http://scholarship.law.cornell.edu/lps_lsapr/6>. Acesso em: 21 dez. 2017.

RAATZ, Igor. Considerações históricas sobre as diferenças entre common law e civil law: reflexões iniciais para o debate sobre a adoção de precedentes no Direito brasileiro. **Revista de Processo**, [S.l.], v. 199, p. 159-191, 2012.

SEITENFUS, Ricardo. **Manual das organizações internacionais.** 6. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2016.

SELLER, Mortimer. The Doctrine of Precedent in the United States of America. **The American Journal of Comparative Law**, [S.l.], v. 54, p. 67-88, Sept. 2008.

YANG, Hyunah (Ed.). **Law and society in Korea.** Cheltenham: Edward Elgar, 2013.